



Transporte de valores paralisa por avanço nas negociações do Adicional de Risco de Vida

A CCT dos trabalhadores de transporte de valores do DF, como é do conhecimento de todos, foi assinado até 2013. Isto não significa que ficaríamos de braços cruzados até essa data, apenas esperando pela próxima Campanha Salarial e o SINDVALORES chamou a categoria á luta. As negociações foram reabertas a pedido desta entidade objetivando dar continuidade no que ficou acertado na data-base com relação ao vale transporte, pois a reivindicação da categoria é que o benefício fosse opcional, ou seja, quem desejasse o receberia em dinheiro. Outro ponto da reabertura das negociações trata do Adicional de Risco de Vida, dois assuntos distintos. Apesar das dificuldades que enfrentaríamos, temos consciência disso, foi preciso fazer essa discussão para deixar amarrado desde já que em 2013 teremos os 15% do Risco de vida que ainda falta.

Após três meses de negociação com significativos avanços nessas questões, sem qualquer explicação ou motivo aparente as empresas colocaram que neste ano de 2012 não dava para resolver nada. Diante desse impasse, realizamos uma reunião ampliada da direção deste Sindicato e no dia seguinte chamamos a categoria para uma paralisação. Os trabalhadores atenderam ao chamado do Sindicato e paralisaram as atividades por duas horas, lembrando que foi uma mobilização de 100% da categoria. Esta era a nossa resposta à negativa patronal em continuar negociando nossos pleitos.

A paralisação obrigou as empresas a se sentarem novamente com o SINDVALORES e apresentar uma proposta: Para o Risco de Vida eles se comprometerem em negociar o índice em 2013 e já para o próximo mês fazer o pagamento do vale transporte em dinheiro.

A proposta do vale transporte em dinheiro foi aceita, pois é o atendimento à nossa reivindicação, mas não conseguimos avançar na questão do risco de

vida. As empresas disseram que se comprometiam em negociar para levar na data-base de 2013 e que tudo seria levado para uma mesa de negociação na Superintendência Regional do Trabalho. Na ocasião nos manifestamos contrários, alegando que a proposta para o risco de vida é insuficiente.

Nesse sentido, o presidente do SINDVALORES-DF, Carlos José das Neves, está viajando a São Paulo para tentar uma negociação com os presidentes das empresas, buscando melhorar a proposta.



Assembleia Geral

Dia 03/06 – domingo – às 10h

Local: Auditório da CUT-DF

Pauta: Analisar a proposta patronal e encaminhar as estratégias de luta em defesa de uma proposta que aponte para um acordo do risco de vida em 2013, não descartando a paralisação se for necessário.

Comissão do Senado aprova piso salarial nacional para vigilantes

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o projeto de lei do Senado (PLS) 135/10, que fixa o piso nacional de salário dos vigilantes. O texto apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), autor do projeto, atual ministro da Pesca e Aquicultura, fixava anualmente, nos termos de regulamento, o piso nacional de salário.

Para isso, o Ministério do Trabalho e Emprego ficaria responsável por convocar uma reunião setorial de empregados e empregadores para recolher subsídios e informações necessárias à fixação do piso da categoria profissional.

O parecer aprovado pela CAE, na forma de substitutivo, apresentado pelo senador José Pimentel (PT-CE), estabelece o piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores. Ou seja, é o novo texto e o que segue tramitação no Senado.

O substitutivo também estabelece que o

piso será estabelecido de acordo com o grau de responsabilidade e de risco profissional na atividade desenvolvida, que serão três: grau mínimo, R\$ 800; grau médio, R\$ 950; e grau máximo, R\$ 1.100.

As atividades e os profissionais que estarão sujeitos às responsabilidades e aos riscos compatíveis com a graduação serão definidos nas negociações coletivas de trabalho e os valores serão reajustados anualmente pela variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado, no mesmo período, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice que venha a substituí-lo.

É importante frisar que esse projeto não foi aprovado por unanimidade na CAE, o que sugere que haverá intensos debates no próximo colegiado que irá discutir o texto em decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Fonte: DIAP

Luta dos vigilantes é por piso maior

Nos estados que têm vigilantes ganhando salário mínimo, a proposta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado até seria viável, estipulando um piso mínimo de R\$ 800,00. No entanto, esse piso mínimo para cada grau de risco deve ser muito maior, pois está mais que provado que a segurança privada é uma atividade de risco que precisa ser mais valorizada. No caso dos vigilantes de transporte de valores o risco é ainda maior. Portanto, nossa próxima tarefa de luta é intervir junto às Comissões que estão discutindo o PLS 135 para aumentar o valor do piso mínimo ou que seja aprovado um projeto que aponte para o piso nacional dos vigilantes e que os valores sejam discutidos em outras instâncias mais adequadas, entre elas o Ministério do Trabalho. Vamos entrar nessa luta.

